

MODERNIDADE E TRADIÇÃO: aspectos de um debate sociológico sempre retomado

Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior¹

RESUMO

O presente artigo situa-se no debate sociológico sobre a modernidade, em consonância com perspectivas teóricas que buscam desconstruir suas concepções dominantes, desnaturalizando a noção de modernidade, apontando para as várias “modernidades” existentes e relativizando a dicotomia entre modernidade e tradição.

Palavras-chave: debate sociológico, modernidade, ofensivas modernizadoras, tradição

1. INTRODUÇÃO

As ciências sociais, desde seu surgimento, lidam com o tema da modernidade e, conseqüentemente, da caracterização da sociedade moderna, como sendo uma de suas principais preocupações. Segundo Eisenstadt (1987, p 01),

The problem of the distinctive characteristics of moderns society in general, and of the first such society - the Western European one, in particular - and of their differences from those of other societies constituted, as is well known, a basic concern of modern social and historical thought and analysis from their very beginning in the eighteenth and nineteenth centuries.

Transformações mais ou menos rápidas e abrangentes, conforme a região e/ou o período, que, grosso modo, poderiam ser pensadas a partir de marcas como “... urbanização, ascensão da burguesia, consolidação dos Estados nacionais, diversificação religiosa, desenvolvimento capitalista, expansão ultramarina e cientificação da visão do cosmos e do homem” (MORSE, 1988, p. 26), desafiaram as possibilidades de entendimento do social e levaram à constituição, no âmbito das ciências sociais, de uma tradição de estudos sobre a modernidade e seus temas

¹ É sociólogo e professor de Sociologia do Departamento de Sociologia e antropologia e do Programa de Pós - Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão; doutor em Ciências Humanas(Sociologia) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: horacioantunes@uol.com.br

correlatos². Dentre estas ciências, a sociologia adotou a sociedade moderna como seu objeto por excelência. Para Ianni (1989, pp. 7-8),
 “A sociologia nasce e desenvolve-se com o Mundo Moderno. Reflete as suas principais épocas e transformações... é um singular produto e ingrediente desse Mundo”. É, então, uma ciência eminentemente moderna que surge refletindo o mundo moderno, suas façanhas, desafios e contradições e, por isto mesmo, compondo este mundo, e em maior ou menor grau, de forma mais ou menos eficiente, influenciando os seus destinos. Aliás, de acordo com boa parte da literatura sociológica, a preocupação com o mundo moderno seria exatamente seu papel distintivo no conjunto das ciências sociais. É justamente isto que Giddens (1989, p. xvi) defende, quando afirma que “(...) entendo que a ‘sociologia’ não é uma disciplina genérica que se ocupa do estudo das sociedades humanas como um todo, mas aquele ramo da ciência social que concentra seu foco particularmente sobre as sociedades modernas ou ‘avançadas’³”. Por outro lado, para Bauman, além de ser produto e ingrediente do mundo moderno, a relação da sociologia com a sociedade moderna é muito mais intensa, assumindo um caráter mimético. O autor afirma que

A natureza e estilo da sociologia foram harmonizados à mesmíssima sociedade moderna que ela teorizou e investigou; a sociologia comprometeu-se desde seu surgimento num relacionamento mimético com seu objeto – ou melhor, com a imaginação desse objeto que construiu e aceitou como moldura do seu próprio discurso (BAUMAN, 1998, p. 49).

Para além deste compromisso do campo de conhecimento com seu objeto, no entanto, sendo este objeto extremamente complexo e de difícil apreensão, é

² Alguns destes temas são: 1. **modernização** – refere-se aos processos sociais e econômicos correspondentes ao capitalismo moderno e/ou à industrialização que, uma vez desencadeados, conduzem ao estabelecimento de uma sociedade moderna; 2. **sociedade moderna** – refere-se àquelas sociedades nas quais as instituições, os costumes e os valores modernos são dominantes; 3. **modernismo** – corresponde ao movimento estético que marcou a produção artística europeia e exerceu influência mundial na segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX, mantendo lastros até os dias de hoje; 4. **globalização** – expressão polissêmica e de difícil definição, utilizada aqui com referência ao processo crescente de incorporação de todas as regiões do planeta à dinâmica econômica e política da modernidade e pode encontrar um marco fundador nas grandes navegações dos séculos XV e XVI.

³ Posições semelhantes a estas podem ser encontradas em Wagner, 1994, p. xi; Domingues, 1999a, p. 7 e 1999b, p. 155.

inegável que o pensamento social moderno, desde seus primórdios, vêm caracterizando-se por debates intensos entre perspectivas diversas, divergentes e, mesmo, confrontantes, numa relação mais ou menos intensa com as diversas, divergentes e confrontantes forças sociais que atuam nas sociedades nas quais este pensamento é formulado. É, portanto, compreensível que um conceito tão central como modernidade esteja em permanente construção e reconstrução, envolvendo significações variadas, não raramente conflitantes, que são arranjadas das mais variadas formas, de acordo com a perspectiva de cada uma das teorias que busca utilizá-lo e com o momento histórico em que as mesmas são produzidas, devendo ser visto como um conceito cujos significados estão em permanente disputa e cuja naturalização⁴ pode e deve ser questionada, principalmente quando questões emanam da experiência empírica, na qual o moderno é construído e reconstruído. Além do mais, o ainda recente debate acadêmico em torno da pós-modernidade recoloca de forma explícita esta discussão indicando que questionamentos e dúvidas tornam-se ainda mais evidentes e inevitáveis⁵.

A ambiguidade característica do conceito de modernidade encontra suas causas nas limitações do tipo de conhecimento que o produz que, por sua vez, sofre as consequências de lidar com um objeto que não permite ser apreendido de forma definitiva, frustrando expectativas de objetividade e precisão típicas de grande parte do conhecimento científico moderno (Cf. WEBER, 2004; BAUMAN, 1999, p. 12). Marshall Berman (1986, p. 18), quando tenta descrever a atmosfera dos primórdios da modernidade oferece, na verdade, um panorama do clima que

⁴ A referência à naturalização da noção de modernidade aparece, em primeiro lugar, em função da tendência evolucionista e uniformizadora, por demais criticada, mas sempre recorrente, de pensar as várias sociedades humanas como dispostas em estágios de desenvolvimento hierarquizados e segundo a qual as sociedades e regiões mais “atrasadas” deveriam mobilizar todas as suas forças ou serem ajudadas para atingir os estágios atuais das aquelas mais “adiantadas”, como se este fosse o caminho “natural” a ser societalmente seguido, sob o risco da exclusão do mundo civilizado e, até mesmo, da extinção (vide as justificativas ideológicas das recentes guerras comandadas pelos EUA no Afeganistão e no Iraque). Além disso, esta referência se justifica em função da grande difusão que esta forma de pensar conseguiu junto ao senso comum, fazendo com que expressões como moderno, modernidade, modernização sejam cotidianamente utilizadas com uma conotação predominantemente positiva (Cf. BUNKER, 1988, p. 153).

⁵ Um interessante levantamento crítico das origens históricas desse debate, destacando como a partir da constatação do pós-modernismo enquanto uma tendência artística que se afirma nos anos 1970, chega-se à formulação do pós-moderno como um fenômeno social, uma nova fase histórica (ou para além da história, conforme os autores envolvidos), pode ser encontrado em Anderson, 1999. Cf. também Wagner, 1994, PP.ix,3 e 4.

permanentemente envolve o mundo moderno: “... de agitação e turbulência, aturdimiento psíquico e embriaguez, expansão das possibilidades de experiência e destruições das barreiras morais e dos compromissos pessoais, auto-expansão e auto-desordem, fantasmas na rua e na alma”. De forma mais cáustica, Bauman (1998, pp. 66 e 67) afirma que o triunfo da modernidade, com o desmantelamento do *ancien régime*, camuflou o conflito entre o mundo pré-moderno e a modernidade “... no medo agudo do vazio, na ânsia nunca saciada por certeza e segurança, nas paranoicas mitologias da conspiração e na busca frenética de uma identidade sempre esquiva”. Ambos, partindo de perspectivas diferentes, criam a imagem de um turbilhão, cujas compreensões só podem ser variadas, imprecisas, renováveis, conflitantes.

Buscando embrenhar pelo emaranhado conceitual que visa compreender as forças gigantescas que, historicamente detonadas, criam este clima de aturdimiento que envolveu inicialmente a Europa Ocidental e que crescentemente se difundiu pelo planeta pode-se, como ponto de partida, recorrer a algumas definições elementares de modernidade, selecionadas a título de exemplo, que colocam algumas questões merecedoras de uma atenção mais detida. Berman (1986, p. 15) define modernidade como sendo “um tipo de experiência vital - experiência de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida - que é compartilhada por homens e mulheres em todo o mundo, hoje”. Giddens (1991, p. 11), em uma primeira aproximação, afirma que “...‘modernidade’ refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência” . Bauman (1999, pp. 299 e 300), sem se furtar a apresentar uma definição mais precisa, pensa a modernidade como

[...] um período histórico que começou na Europa Ocidental no século XVII com uma série de transformações sócio-estruturais e intelectuais profundas e atingiu sua maturidade primeiramente como projeto cultural, com o avanço do Iluminismo e depois como forma de vida socialmente consumada, com o desenvolvimento da sociedade industrial (capitalista e, mais tarde, também comunista).

Dentre as questões que emanam destas três passagens, pode-se destacar:

1. uma compreensão básica do que seja modernidade;
2. sua origem temporal e espacial;
3. as forças sociais e intelectuais que agem para sua realização;
4. sua difusão e alcance;
5. derivando dos dois anteriores, a relação entre o moderno e o

tradicional. Seguindo alguns autores selecionados, estas questões receberão a seguir um tratamento mais detido, procurando levantar os conceitos e noções nelas envolvidos.

2. COMPREENSÃO BÁSICA DE MODERNIDADE

“Experiência vital”, “estilo, costume de vida”, “organização social”, “período histórico”, “projeto cultural”, “forma de vida socialmente consumada” são definições que em separado ou entrelaçadas podem fornecer pistas para se construir uma compreensão elementar do termo modernidade, mesmo que provisória e sujeita a alterações no correr mesmo do texto.

Porém, mais do que como um modelo de organização social ou como uma civilização nova e distinta, neste trabalho pensar-se-á a modernidade como um “movimento societário” que, apesar da sua fluidez e dinamicidade ou por isto mesmo, atinge sociedades e regiões inteiras, interagindo com e alterando suas mais diferenciadas dimensões (culturais, sociais, econômicas, políticas, religiosas, ambientais) sem, contudo, deixar de sofrer as influências e alterações emanadas destas mesmas dimensões. O movimento da modernidade é societário porque surge de e atinge amplas coletividades, não se restringindo a indivíduos ou histórica (ou para além da história, conforme os autores envolvidos), pode ser encontrado em grupos específicos, gerando o que se convencionou chamar de sociedades modernas. E é movimento, em primeiro lugar, no sentido de ser dinâmico, de conformação pouca precisa e sujeito permanentemente a alterações. Num segundo sentido, é movimento em função de sua fluidez e expansibilidade, facilmente demonstrável numa rápida olhada para a história do planeta nos dois últimos séculos, nos quais seus valores, instituições, costumes atingem regiões cada vez mais distantes de seu centro gerador. Por fim, podemos definir a modernidade como movimento, também, em função do fato de que se há um primeiro centro gerador (esta questão será trabalhada no próximo item), o mesmo não está imune às influências advindas das regiões atingidas posteriormente, transformando-se conforme estas influências tornam-se mais ou menos expressivas.

3. ORIGENS DA MODERNIDADE

Quando se busca situar no tempo e no espaço os primeiros passos na construção da sociedade moderna, o número de posições diferenciadas é muito grande. O conjunto de argumentos e justificativas para defender cada posição é vasto e vai desde aqueles que os localizam na Grécia Clássica, quando a filosofia empreende a substituição da explicação mitológica do mundo pela busca de instrumentos racionais, estabelecendo uma “modernidade grega” (VAZ, 1992, pp. 86-91); passando pelo Renascimento Carolíngio do século IX, fundação das universidades no século XII ou da escolástica no século XIII (SANCHES, 1992, p.44); incluindo os que pensam a Reforma Religiosa, o Renascimento e/ou as grandes navegações ibéricas nos séculos XV e XVI como momentos fundadores, até aqueles que afirmam que somente nas revoluções industriais inglesas ou na revolução política francesa seriam encontrados os marcos de inauguração do mundo moderno.

Independentemente da questão das origens primeiras, dos passos iniciais, destacaremos como momentos fundamentais para a instalação do que veio a ser chamado de modernidade as grandes transformações desencadeadas na Europa Ocidental, entre os séculos XV e XVI pelo Renascimento, pela Reforma Protestante, bem como, pelas influências advindas das grandes navegações ibéricas com a descoberta de “novos mundos” e a ampliação das possibilidades de desenvolvimento societário, devido às novas formas de comércio e de compreensão do mundo. A Europa Ocidental que desde a desarticulação do Império Romano tendia ao isolamento em relação ao restante do mundo por ela conhecido e, com a consolidação e expansão do Império Islâmico, convivia com uma permanente ameaça de invasão, a partir das grandes navegações abriu a possibilidade de expansão de seus domínios, constituindo uma característica singular dos períodos históricos posteriores, que é a presença europeia em todos os cantos do mundo. Estas navegações permitem a consolidação e expansão do mercantilismo, pré-condição (mesmo que estabelecida conceitualmente *a posteriori*) para a emergência do moderno capitalismo industrial e financeiro. É somente a partir do século XVII, porém, através das revoluções inglesas e francesa, que são efetivamente formados as instituições, o modo de vida, os valores, a cultura posteriormente considerados modernos e que se consolidarão no século XIX.

4. FORÇAS MODERNIZADORAS

Nas três definições de modernidade pinçadas anteriormente (BERMAN, 1986; GIDDENS, 1991; BAUMAN, 1999), pode-se perceber uma tendência a apresentar a modernidade como resultante de processos autônomos, auto-gerados, nos quais a presença de atores sociais não recebe qualquer destaque.⁶

Procurando ampliar a compreensão da modernidade, é fundamental discutir suas forças sociais propulsoras, resgatando o papel desempenhado por seus autores e atores individuais e coletivos. Na busca de repensar as concepções que leem a modernidade como resultante de processos inevitáveis, necessários, autônomos e auto-impulsionados, como um destino inelutável, lança-se mão do conceito de **ofensivas de modernização**, utilizado por Peter Wagner (1994).⁷

Peter Wagner foge das concepções dicotômicas da modernidade, que a interpretam, por um lado, principalmente como produtora de constrangimentos sobre indivíduos e coletividades ou, de uma forma oposta, mais otimista, como promotora de habilitações, bem como, de autonomia e liberdade, levando em conta que “[...] the ambiguity and ambivalence [...] are inherent in the modern project” (WAGNER, 1994: p. 12),⁸ marcado por uma permanente contradição entre autonomia e controle. Por isto, procura trabalhar com “... the idea of an inevitable dialectics of enablement and constraint in modern institutions and of a power differential as a mover of institutional change...” (WAGNER, 1994: pp. 24 e 25). Esta idéia é fundamental para o surgimento do conceito de **ofensivas de modernização**, pois “... shows that the notion of a ‘**modernization process**’ is inappropriately socially neutralizing” (WAGNER, 1994: p. 25, grifos do autor).

⁶ Note-se que não se está afirmando ser esta uma posição dos três autores citados, na medida em que no conjunto de suas obras estas definições são ampliadas e complexificadas. Está-se tratando somente dos trechos aqui selecionados.

⁷ Contudo, ao fazê-lo, não se deve descuidar dos limites que o conceito encerra com relação à sua aplicabilidade, já que o próprio autor deixa claro, no Prólogo de seu livro, que sua reflexão teórica e produção conceitual têm como base histórico-empírica as sociedades da Europa Ocidental,

⁸ Idéia retirada da “teoria da estruturação” de Anthony Giddens, que resulta na concepção de que “... liberty and discipline are key features of modernity. The real task though seems to be to paint, so to speak, both sides of modernity simultaneously, to conclude on an irreducibly double nature of modernity. A more adequate portrait, then, would have to merge the two existing perspectives into one which maintains the ambiguity” (WAGNER, 1994: p. 08).

Assim, procura pensar a modernidade como fruto da ação de grupos sociais cujas ideias motivadoras são estruturadas por significações imaginárias sociais⁹ ou, mais especificamente, por uma significação imaginária da modernidade, e que buscam, “... *with certain expectations in mind...*” (WAGNER, 1994: p. 25), realizar um projeto de mudança social. Portanto, “... ‘modernizations’ are not self-propelled processes, but modernization offensives, pursued by certain groups of actors for reasons linked to the nature of the institutional changes they promote” (WAGNER, 1994: p. 30). Desta forma, é a ação destes grupos que, independentemente dos resultados alcançados, “In spite of possibly lasting unintended effects that appear disconnected from modernizing intentions...” (WAGNER, 1994: p. 30), resultam em movimentos e mudanças sociais de tal monta que desestruturam ordens institucionais tradicionais, criando novas instituições e novos arranjos institucionais¹⁰.

A significação imaginária da modernidade, que orienta e fornece bases comuns de justificação para a ação de grupos modernizadores, “... se calca na ideia de ‘liberdade e autonomia’ que demanda, como complemento, a pulsão na direção de um ‘controle racional’ do mundo” (DOMINGUES: 1996, p. 180). É isto que Wagner (1994: p. 22) quer dizer quando afirma:

In modernity, notions like ‘interest’, ‘control’ and ‘means’ that link ideas of autonomy with ideas of mastery are crucial. Means that are developed and employed, by and for oneself or a self-defined collective, that is, autonomously, in the interest of knowing and controlling nature, social relations or oneself are almost self-justifying; mostly, it is very difficult to argue against them, under modern conditions.

⁹ Para Castoriadis (1982: p 173) – autor em cuja obra Wagner busca este conceito e seu decorrente: significação imaginária da modernidade – as significações imaginárias sociais, no geral, “... não têm um lugar de existência preciso... Elas só podem ser captadas de maneira derivada e oblíqua: como a separação ao mesmo tempo evidente e impossível de delimitar exatamente entre este primeiro termo: a vida e a organização efetiva de uma sociedade, e este outro termo igualmente impossível de definir: esta vida e esta organização concebidas de maneira estritamente ‘funcional-racional’; como uma ‘deformação coerente’ do sistema dos sujeitos, dos objetos e de suas relações; como a curvatura específica a cada espaço social; como o cimento invisível mantendo unido este imenso **bric-à-brac** de real, de racional e de simbólico que constitui toda sociedade e como o princípio que escolhe e informa as extremidades e os pedaços que aí serão admitidos”

¹⁰ Ainda recorrendo à “teoria da estruturação”, para Wagner (1994: p. 19) “Social institutions are here understood as relatively durable sets of rules and resources, which human beings draw on in their actions. Institutions may pre-exist any actual living human being, but they are created by human action and only continue to exist by being continuously recreated ... human beings ... are capable of continuous creative activities, of working with the rules and resources of institutions and thereby transforming them”.

Wagner (1994: p. 20) percebe que o ideário que move os agentes modernizadores de mudança, desde seu início, é circunscrito a um número muito pequeno de pessoas, constituindo "... a small group in any given society, situated mostly in influential social locations¹¹". Assim sendo, pode-se pensar estes grupos como "... modernizing elites, and of their project as **modernizing offensives**, in which they use their **power** to spread modernity into society" (grifos do autor).

Considerando que as ofensivas de modernização, para se efetivarem devem promover novos conjuntos de regras para as práticas sociais, Wagner (1994: p. 25) lembra que "The introduction of a new set of formal rules will regularly both be based on power and go along with changes in power relations. Most generally, one can see existing **power differentials** as a major moving force of 'modernization'" (grifos do autor)¹².

É a percepção deste poder diferencial característico dos vários grupos sociais, que permite a Wagner, ainda de forma pouco elaborada, e ressaltando isto, fazer uma distinção entre dois tipos de ofensivas de modernização. De um lado, "**Modernization offensives from above** use the existing power differential to create enabling institutions, in which others will participate only later and often against the interests of the original promoters" (WAGNER, 1994: p. 25, grifos do autor). No entanto, como há uma tendência à reação daqueles que arcam com os efeitos das ações modernizadoras e/ou reivindicam partilhar dos resultados alcançados por estas iniciativas, tanto em relação às possibilidades de participação das decisões políticas, quanto em relação ao acesso ao consumo das mercadorias produzidas pelas novas práticas econômicas, de outro lado, surgem as "**Modernization offensives from below**" (WAGNER, 1994: p. 25). Estas

are counter-moves to defend groups who are the objects of modernizations from above against the constraints and exclusions effected by those modernizations. They normally involve collective action, a mobilization of people who are made equal according to a new classification and subjected to new kinds of rules as such a

¹¹ "In the beginning, this imaginary was propagated by elite intellectuals who found some support, partly for quite independent reasons, in society. 'Modernity', so to speak, had very few citizens by 1800, not many by 1900, and still today it is hardly the right word to characterize many current practices" (WAGNER, 1994: p. 24).

¹² "The power differential refers to the possibility of making people do and get things done, but it also includes differentials with regard to access to valid knowledge about the effects of rules, and access to the media of communication about rule-setting" (WAGNER, 1994: p. 25)

classificatory group. The modernizing effects reside, then, in the acceptance of the new classification as a 'post-traditional' group, in the collective formation as a 'conceptual community' (Benedict Anderson) or 'class for itself' (Karl Marx) due to the mobilization, and ultimately in the full inclusion of represented group in the new social arrangement as the result of this action (WAGNER, 1994: p. 25).

O conceito de ofensiva de modernização foi elaborado tendo em vista a modernização típica da Europa Ocidental e, portanto, “ofensivas de modernização vindas de cima”, num primeiro momento daquele contexto, podem ser atribuídas à burguesia liberal, cuja ação alcançou como resultado mais evidente a constituição da primeira fase desta modernidade: a “modernidade liberal restrita¹³”. Ainda na Europa, os movimentos de reação, encarnados principalmente por trabalhadores, através da formação de sindicatos e partidos operários, seriam os detentores das “ofensivas de modernização vindas de baixo”, que são apontadas como elemento chave para entender o desencadear da primeira grande crise da modernidade europeia e para o surgimento da “modernidade organizada”, anunciada no final do século XIX e consolidada após a Segunda Guerra Mundial. A leitura de Wagner da modernidade europeia, muito mais rica do que aqui foi apresentado, já que optamos por selecionar apenas um dos instrumentos conceituais que a compõem, caracteriza-se pelo destaque dado aos agentes individuais e coletivos como fundamentais para as mudanças sociais e, conseqüentemente, para o fazer histórico no âmbito do mundo moderno.

5. ALCANCE E DIFUSÃO DA MODERNIDADE

Para discutir o alcance e difusão da modernidade e, ao mesmo tempo, relativizar sua identificação unilateral com o modo de vida Europeu e aprofundar o repensar do conceito, busca-se uma perspectiva que considera as outras sociedades espalhadas pelo planeta e que estejam em constante interação com aquele que, sem dúvida, é o núcleo original da modernidade. Assim, fazemos coro à

¹³ Peter Wagner propõe uma periodização da modernidade europeia que é resumida da seguinte forma por José Maurício Domingues (1996, p. 180): “... a ‘modernidade liberal restrita’, seu primeiro estágio, floresceu no século XIX e foi seguida de uma crise de grande monta, que abriu caminho para uma reorganização geral das práticas sociais; têm-se, então o estabelecimento da ‘modernidade organizada’, que se insinua nos anos 90 do século XIX, se afirma após a Segunda Guerra Mundial e se cristaliza, começa a se esgotar e é contestada nos anos 60 e 70; finalmente, vivemos hoje a segunda crise da modernidade, cuja solução se patenteia ainda em aberto” (Cf.. Wagner: 1994, p. xi).

advertência de José Maurício Domingues (1996, p. 181) quando lembra que nos dias de hoje está estabelecido “[...] o caráter planetário da modernidade, cuja definição não pode ser restringida à Europa Ocidental. Plural, ela requer uma definição mais ampla e articulada à sua contra face - globalização -, a despeito de haver se originado do Ocidente”. Recorremos, então, a Eisenstadt que inicia sua análise buscando resgatar o tratamento dado à questão desde sua origem. Como já dissemos anteriormente, o autor afirma que o problema das características distintivas da sociedade moderna, entendida enquanto Europa Ocidental, com relação às outras sociedades constituídas, esteve presente no pensamento social e histórico moderno desde o início do século XVIII. Porém, “In the nineteenth and early twentieth centuries, the major emphasis was on the uniqueness of modern Western society - as against other societies – [...] constituted a rather difficult problem” (EISENSTADT, 1987, p. 01), pois a difusão do capitalismo e da modernização, para além da Europa Ocidental, fez com que as preocupações se dirigissem “[...] tanto para a transformação do Ocidente, quanto para o impacto dos novos padrões civilizatórios sobre o restante do mundo” (DOMINGUES, 1993, p. 279). Segundo Domingues, no entanto, no início do século XX, com o desenvolvimento da sociologia enquanto disciplina acadêmica, as preocupações

com as civilizações e o sistema internacional deslocaram-se cada vez mais para o estudo das sociedades nacionais, principalmente as Ocidentais (Cf. DOMINGUES, 1993, p. 279).

Após a Segunda Grande Guerra, contudo, com fortes conotações evolucionistas e marcado otimismo liberal, aparece a Teoria da Modernização, sob o comando de Talcott Parsons, que “ofereceu uma interpretação de ambos os aspectos tratados pela Sociologia Clássica: a emergência da civilização ocidental e sua difusão pelo mundo” (DOMINGUES, 1993, p. 279¹⁴). Desta forma, “[...] these studies assumed that the development of modernity constituted the apogee of the evolutionary potential of mankind, the kernels of which are in principle to be found in most human societies” (EISENSTADT, 1987, p. 03). Assim, uma de suas preocupações principais era quanto “[...] the conditions which can facilitate - or impede - the development of such modernization, in principle, in all human societies” (EISENSTADT, 1987, p. 03). Consolidando a identificação entre modernidade e modo de vida ocidental, as teorias resultantes deste estudo “[...] implicitly took for granted that the European (and perhaps also the American) experience constitutes the major paradigm of such a modern society and civilization” (EISENSTADT, 1987, p. 03). Desta forma, mesmo reconhecendo a existência de uma ampla diversidade de sociedades, em estágios diferenciados de desenvolvimento, tomando-se por ponto de referência o Ocidente, estas teorias tendiam a assumir que “[...] such diversity would disappear, as it were, at the end-stage of modernity - at least among those societies that would make it” (EISENSTADT, 1987, p. 03), assumindo também, portanto, a existência de sociedades que, mesmo sendo em número reduzido, teriam a ficar permanentemente à margem do mundo moderno, como sobrevivências isoladas da tradição. Assim, toma um espaço cada vez maior uma

... conviction of the inevitability of progress towards modernity - be it political, industrial or cultural - and towards the development of a universal modern civilization - even if such conviction were always

¹⁴ Segundo Domingues, neste mesmo período, também transcendendo o âmbito das sociedades nacionais e com preocupações planetárias, surgem diversas versões de teorias da dependência e uma abordagem do “sistema mundial”, sob o comando de Immanuel Wallerstein (para uma visão abrangente destas teorias Cf. DOMINGUES, 1993, pp. 279-280, BUNKER, 1988, pp. 151-153 e WALLERSTEIN, 1999, pp. 447-470).

tempered by the recognition that some societies may not make it ...
(EISENSTADT, 1987, p. 04).

Enfim, segundo esta teoria, o processo de modernização é visto como "... the ultimate end-point of the evolution of all known societies - which brings out the evolutionary potential common to all of them and of which the European experience was the most important and succinct manifestation and paradigm..." (EISENSTADT, 1987, p. 05).

Este tipo de compreensão, graças aos "[...] ideological and institutional developments in the contemporary world..." (EISENSTADT, 1987, p. 04) tem sido cada vez mais questionado, pois se torna sempre mais evidente a "[...] great institutional variability of different modern and modernizing societies - not only among the transitional, but also among the more developed, even highly industrialized societies [...]" (EISENSTADT, 1987, p. 04).

O reconhecimento da grande variabilidade simbólica e institucional e de dinâmicas ideológicas e institucionais que marcam as sociedades contemporâneas e, em especial aquelas nomeadas como modernas ou em modernização, e que estabelecem uma "[...] multifacetada e contraditória realidade mundial" (DOMINGUES, 1993, p. 280), desestabiliza as abordagens teóricas que vinham sendo desenvolvidas e que tinham conseguido conquistar uma ampla legitimidade enquanto conjunto de explicações para o mundo moderno¹⁵. Como alternativa, segundo Eisenstadt (Cf. 1987, p. 04) buscou-se explicar esta variabilidade através de abordagens diferenciadas que, de um lado, enfatizavam a importância das tradições de diferentes sociedades e, de outro, buscavam as explicações nas dinâmicas do sistema internacional, especialmente capitalista. No entanto, estas tentativas de explicação sistemática encontraram muitos problemas, devido "[...] the concrete patterns of change which have been taking place in different traditional societies and the relationship of these patterns to their respective historical experiences [...]" and to the new situations created by the spread of modernity [...]"

¹⁵ Diga-se de passagem, legitimidade que tomou novo vigor nos últimos anos com a implantação das políticas governamentais de inspiração neo-liberal e que novamente colocam na pauta do dia a supremacia dos modelos societários construídos no Ocidente, ou como se diz mais comumente, no primeiro mundo. No entanto, o alcance deste novo vigor, agora, parece ser diretamente proporcional à capacidade de superação das grandes crises econômicas e sociais que marcam o mundo nesta passagem de milênio e cujos resultados permanecem totalmente em aberto

(EISENSTADT, 1987, p. 04).

Desta forma, Eisenstadt (1987, p. 05), buscando inspiração nos paradigmas “clássicos” da modernização e destacando as contribuições de Marx, Gramsci e, em especial, Weber, propõe “[...] a possible new perspective for an understanding of the contemporary world”. Esta perspectiva acrescenta elementos novos à discussão sobre modernidade, pois, mesmo re conhecendo, de um lado, “[...] the uniqueness of the civilization of modernity, and of the component of economic development within it [...]” (EISENSTADT, 1987, p. 05), de outro, não menospreza “[...] the great variability of the symbolic, ideological and institutional responses to it, [...] the ways in which different civilizations and societies interpret different symbolic premises of modernity and different modern institutional patterns and dynamics” (EISENSTADT, 1987, p. 05). Para esta perspectiva,

modernization or modernity has to be seen as one specific type of civilization which has originated in Europe and which has spread, in its economic, political and ideological aspects, all over the world, encompassing, especially after the Second World War, almost all of it (EISENSTADT, 1987, p. 05),

e, ao fazê-lo, “[...] challenged the symbolic and institutional premises of those societies that were incorporated into it, calling for responses from within them, opening up new options and possibilities” (EISENSTADT, 1987, p. 05). Ainda segundo Eisenstadt (1987, p. 05), todo este processo resulta em

[...] a great variety of modern or modernizing societies, sharing many common characteristics, but at the same time also evincing great differences among themselves. These differences crystallized out of a selective incorporation and hence also a recrystallization and transformation of the major symbolic premises and institutional formations of both the original ‘Western’, as well as of their own, civilizations.

Considerando que as premissas e características básicas que compõem a civilização moderna são, na verdade, as premissas e características básicas da civilização europeia e ocidental, Eisenstadt (1987, p. 06) destaca, como uma das mais expressivas destas premissas, as origens revolucionárias das visões e orientações modernas e, conseqüentemente, como a premissa central da modernidade europeia a “...possibility of the active formation of crucial aspects of social, cultural and natural orders by conscious human activity and participation”. Além disso,

[...] the special characteristics of European modernity were initially focused on attempts at the formation of a 'rational' culture, an efficient economy, and civil (class) society and nation-states where these tendencies to 'rational' expansion could become fully articulated, and which would also create a social and political order based on freedom (EISENSTADT, 1987, pp. 06 e 07).

Desta forma, a nova civilização da modernidade seria

based ideologically and politically on the assumption of equality, of the growing participations of citizens in the centre ... (of the social e cultural orders) ..., and was most clearly manifest in the tendency to establish universal citizenship and suffrage and some semblance of a 'participant' political or social order, giving rise to ideologies of participation (EISENSTADT, 1987, p. 07).

Por fim, uma outra premissa desta sociedade, destacada pelo autor, é o [...] stress on technological and economic development" (EISENSTADT, 1987, p. 07), fazendo com que os desenvolvimentos simbólicos e ideológicos na Europa fossem conectados intimamente aos processos de desenvolvimento econômico.¹⁶

A nova civilização surgida na Europa se espalhou pelo mundo "[...] much more in the nature of the encroachment of external forces on traditional societies and civilizations[...]" (EISENSTADT, 1987, p. 08), fazendo com que as respostas dadas às premissas desta civilização fossem as mais variadas e, ainda segundo Eisenstadt (1987, p. 08), ao invés de resultar na criação de um sistema internacional, direcionado por um único centro, teve como resultado a criação de "[...] a series of international systems, each based on some of the premises of this civilization, but at the same time creating tendencies to continuous change within them", além do surgimento de vários movimentos nacionais e internacionais, como "[...] very strong reactions against the problems generated by the international economic system [...]". Uma perspectiva semelhante pode ser encontrada na crítica que Bendix (1966, p. 35) faz das tendências evolucionistas e neoevolucionistas presentes nas ciências sociais quando afirma que

A crença na universalidade dos estágios evolutivos foi substituída pela compreensão de que o **momentum** dos eventos passados e a diversidade das estruturas sociais conduzem a diferentes caminhos de desenvolvimento, mesmo quando as mudanças de tecnologia são idênticas,

ou ainda, na discussão sobre globalização feita por Domingues (1996: p. 284),

¹⁶ Note-se que é possível traçar um paralelo entre as premissas e características da civilização moderna apontadas por Eisenstadt e a significação imaginária da modernidade levantada por Wagner, pois ambas estão no campo das justificativas que sustentam ações modernizadoras.

quando este afirma que “A diversidade cultural não superada, teve de se adaptar a um mercado mundial em unificação. Assim, um certo patamar de homogeneização se estabelece, a partir do qual, em contrapartida, as diferenças culturais se reproduzem e se recriam”. Desta forma, a criação de um mercado mundial bastante unificado, com regras muito difundidas e influência muito forte sobre os outros campos da vida social, não foi suficiente para garantir a implantação de um modelo único de modernidade. No entanto, seu alto grau de penetração, bem como das outras premissas da modernidade ocidental, interferem no conjunto de premissas e características de cada sociedade “invadida”, provocando rearranjos institucionais e simbólicos de maior ou menor alcance, conforme a sociedade atingida.

Eisenstadt (1987, p.10) aponta como fatores básicos que determinam padrões diferenciados de interação e resposta à “invasão” modernizadora os seguintes itens:

[...] the basic premises of those civilizations and societies on which the new modern international systems impinged and the points of entry of these societies into these international systems; the types and modes of technology and of economy prevalent in these civilizations; the tradition of response to situations of change; and traditions of heterodoxy, rebellion and innovations that have developed in the history of these civilizations in particular.

Estes fatores, inter-relacionados, geram a “[...] crystallization of the varying institutional and symbolic contours of modern and modernizing societies, their dynamics and the different patterns of economic development within them” (EISENSTADT, 1987, p.10). Mais uma vez Domingues (1996: p. 284) corrobora com esta perspectiva quando, inspirado em Roland Robertson, afirma que

Não há por que pensar em uma cultura global que seja a unificada ou que suprima particularidades civilizatórias, nacionais, regionais ou locais. Não apenas interpenetrações e influências mútuas e contraditórias se afirmam, mas também culturas intersticiais se desenvolvem. Nessas condições, a dialética do universal e do particular assume um aspecto peculiar, extremamente dinâmico e mutável.

Esta perspectiva de leitura do mundo moderno permite, sem cair no evolucionismo reducionista, pensar outras faces da modernidade que estão para além do quadrante norte-ocidental do mundo, sem considerá-las como necessariamente pré-modernas, tradicionais ou antiquadas e destinadas à necessária superação. Como afirma Domingues (1993, p. 289),

Se o núcleo dinâmico do sistema se encontra no centro, a periferia tem continuamente tido de lidar com problemas específicos que, por vezes, antecipam mesmo ... questões apenas posteriormente colocadas para as sociedades centrais; ou mais comumente, ela se depara com problemas e segue linhas de desenvolvimento específicos e diferentes das do Ocidente.

Assim, respostas diferenciadas às invasões modernizadoras, partindo de pontos diferenciados de entrada no mundo moderno, têm gerado, portanto, não a “modernidade”, como gostaria de crer, ainda hoje, grande parte da literatura sobre o assunto, mas uma série, se não ilimitada, bastante ampla de “modernidades”, cuja compreensão exige “[...] deixar de lado o molde geocronológico, ‘ocidentocêntrico’, de modernidade” (DOMINGUES, 1993, p. 289).

6. TRADIÇÃO E MODERNIDADE

Assumindo as concepções segundo as quais, de um lado, a modernidade europeia difundiu-se pelo mundo gerando modernidades e, de outro lado, esta mesma modernidade é fruto de profundas transformações nas dinâmicas internas da Europa Ocidental, uma questão que ainda deve ser enfrentada aqui é aquela da relação entre modernidade e tradição.

Os pares de conceitos tradição/modernidade ou tradicional/moderno, tanto como pressuposto quanto como problema, sempre foram chaves nas ciências sociais e, em especial na sociologia. A herança iluminista, fundamental na constituição destas ciências, provocou uma abordagem profundamente dicotômica das concepções de tradição e modernidade. Em posições teóricas ou posturas metodológicas bastante diferenciadas, é comum a concepção de tradição e modernidade como conceitos, fenômenos ou mesmo momentos históricos, totalmente opostos, incompatíveis e, até mesmo, excludentes. Isto pode ser percebido em boa parte da produção sociológica que tem como pressuposto que a plena instalação do moderno implica na eliminação do tradicional.

Porém, encontramos também posições teóricas e metodológicas, também bastante variadas, que, compondo as inúmeras polêmicas típicas da sociologia, insistiram, e insistem, na continuidade e/ou complementaridade entre tradicional e moderno ou, pelo menos numa convivência mais ou menos permanente entre os

dois. Busca-se aqui, através da leitura de obras de dois autores seminais da sociologia contemporânea – Reinhard Bendix e Anthon y Giddens – elementos para aprofundar esta discussão.¹⁷

O par de conceitos tradição e modernidade, e aqueles a ele relacionados, pode ser lido e operado de forma simplificadora e permeada de dicotomias. Rejeitar a dicotomia entre modernidade e tradição, contribui para pensar sociedades que se localizam para além do quadrante norte-ocidental do planeta e, por aí, criar condições que permitam colocar em questão verdades bastante aceita sobre o próprio núcleo gerador da modernidade.

A rejeição da dicotomia entre modernidade e tradição permite perceber que, mesmo nos núcleos geradores do mundo moderno, a total eliminação da tradição não passa de uma quimera, pois tradições culturais, econômicas, institucionais, advindas de momentos históricos anteriores, continuam existindo, ocupando espaços significativos nos novos arranjos societários e, mesmo, renovando-se enquanto tradições localizadas em conjunturas novas, por mais avassaladores e revolucionários que tenham sido os processos de mudança social e institucional. Além disso, o mundo moderno cria suas próprias tradições, que passam a ser instrumentos na manutenção da nova ordem que se estabelece.

As sociedades que sofrem as invasões modernizadoras, a partir de ingerências do ocidente, são abaladas e alteradas p elo poderoso contato com instituições e mecanismos de difusão de outros costumes. Mesmo assim, não se pode esquecer que respostas diferenciadas a estas invasões são dadas conforme o lugar e o tempo em que elas acontecem e conforme a força das tradições de cada região ou povo invadido. Também nestas circunstâncias, a eliminação das tradições, muitas vezes apregoada enquanto perspectiva ou condição para a plena implantação da modernidade é uma quimera. É certo que o poder de ingerência das forças modernizadoras é muito alto e desestabiliza, desestrutura, altera os mais variados arranjos societários. Ao invés de homogeneizar todos os quadrantes do mundo, contudo, a experiência histórica tem demonstrado que a difusão da modernização acontece em tensão dialética permanente com modos de vida, costumes, instituições que possuem maior ou menor grau de solidez e/ou poder e

¹⁷ A discussão que se segue tem suas principais referências no confronto das leituras de BENDIX, 1966 e GIDDENS, 1989, 1991, 1995, 1996

vontade de resistência. Desta tensão emerge m novos arranjos societários que são incorporados e passam a compor o mundo moderno. Se as tradições específicas não são totalmente eliminadas, se sobre vivências ou resistências continuam atuando, se o resultado (que nunca é final, mas está sempre em construção) do arranjo societário fica longe de ser a imagem especular dos núcleos geradores do mundo moderno, não se pode negar também que ao compor este mundo, ao relacionar-se dinâmica e perm anentemente, das mais variadas formas, com o hodierno, com o que é do dia, com o atual, é também da constituição da modernidade que faz em parte estes mesmo arranjos, ou melhor, constituem outras modernidades.

A rejeição da dicotomia entre modernidade e tradição implica em aceitar da existência de uma tensão dialética entre estes dois momentos lógicos e empíricos que, sendo contraditórios, se relacionam, se complementam, se confrontam, se interpenetram, de forma tensa e segundo condições históricas, sociais, políticas, econômicas empiricamente diferenciadas. Assim sendo, esta rejeição implica na necessidade de ampliar o conceito de modernidade, incorporando nele o seu oposto lógico e abandonando as leituras da modernidade que partem exclusivamente das significações imaginárias da modernidade que justificaram e justificam a ação dos agentes modernizadores. Devem ser considerados, também, os efeitos não-intencionais destas ações, j á que eles podem acarretar em imagens tanto positivas quanto negativas da modernidade (por exemplo, poluição, de um lado, ou ampliação de direitos sociais, de outro) ou que estão para além dos discursos e imagens que as justificam.

ABSTRACT

The present article are placed in the sociological debate on modernity, in accord with theoretical perspectives that search to deconstruct its dominant conceptions, disnaturalizing the modernity notion, pointing with respect to some existing "modernities" and relativizing the dichotomy between modernity and tradition.

Keywords: sociological debate, modernity, modernization offensives, tradition

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. **As origens da pós-modernidade**. Trad. Marcus PENCHEL. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e holocausto**. Trad. Marcus PENCHEL. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BENDIX, Reinhard. **Construção Nacional e Cidadania**. Trad. Mary Amazonas Leite de BARROS. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**; a aventura da modernidade. Trad. C. F. MOISÉS e A. M. IORIATTI. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BUNKER, Stephen G. **Underdeveloping the Amazon**; Extraction, Unequal Exchange, and the Failure of the Modern State. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1988.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. 2ª ed. Trad. G. REYNAUD. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

DOMINGUES, José Maurício. **Criatividade social, subjetividade coletiva e a modernidade brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999a.

_____. "A sociologia da modernidade". In: **Revista Brasileira de Ciência Sociais**. nº 32, out. 1996. pp 179-81.

_____. "Globalização, sociologia e cultura". In: **Contexto Internacional**. vol. 15, nº 2, jul/dez 1993. pp. 279-94.

_____. **Sociologia e modernidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999b.

EISENSTADT, Shmuel. N. "Introduction". In: EISENSTADT, Shmuel. N. (org.) **Patterns of Modernity**. Londres: Frances Pinter, 1987. Vol. II - Beyond the West.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. Trad. Álvaro CABRAL. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. **As conseqüências da modernidade**. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

_____. Entrevista In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 8, nº 16, 1995, p. 291-305.

_____. **Para além da esquerda e da direita**; o futuro da política radical.

Trad. Alvaro Hattner. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

IANNI, Octávio. **A era do globalismo** . 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. A sociologia e o mundo moderno. In: **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP. 1 (1): 7-27, 1º semestre. 1989.

MORSE, Richard McGee. **O espelho de próspero**: cultura e idéias nas américas. Trad. Paulo NEVES. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SANCHES, Pierre. Modernidade e pós-modernidade. In: **Análise & Conjuntura** , Belo Horizonte, v. 7, nº 213, maio/dez. 1992.

VAZ, H. C. de Lima. Religião e modernidade filosófica. In: BINGEMER, M. C. L. (Org.). **O impacto da modernidade sobre a religião** . São Paulo: Loyola, 1992.

WAGNER, Peter. **A sociology of modernity**; liberty and discipline. Londres: Routledge, 1994.

_____. Crises da modernidade; a sociologia política no contexto histórico. In: **Revista Brasileira de Ciência Sociais** . nº 31, jun. 1996. pp. 29-43.

WALLERSTEIN, Imanuel. Análise dos sistemas mundiais . In: GIDDENS, A. e TURNER, J. (Org.). **Teoria social hoje**. Trad. Gilson C. C. de SOUSA. São Paulo: Editora Unesp, 1999. pp. 447-470.

WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais. In: CONH, Gabriel (Org.). **Max Weber: Sociologia**. 7ª Ed. São Paulo: Ática, 2004. Col. Grandes Cientistas Sociais. pp. 79-127.